

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal (Belém-Pará)

Class.: 584

Data 10 de Julho de 1985

Pg.: _____

CIMI divulga documento sobre política indígena

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dom Erwin Krautler divulgou, ontem, o documento final da VI Assembleia Nacional do órgão, recém realizada em Goiânia. O documento aborda a questão da política indigenista, os programas de desenvolvimento, a organização indígena e sua autodeterminação, além dos temas atuais como a Constituinte e a Reforma Agrária.

Segundo dom Erwin, a assembleia — que teve como tema central a avaliação e a análise da política indigenista e ação pastoral na atual conjuntura — reafirmou o compromisso do CIMI de estar a serviço dos povos indígenas, numa dimensão evangélica de solidariedade e apoio aos seus legítimos anseios.

Demarcação

Diante da atual política indigenista oficial, que segundo o documento exclui as comunidades indígenas, o CIMI se compromete a incentivar os povos para assumirem a defesa de seus territórios e exigir a participação decisiva das respectivas comunidades indígenas no processo de identificação e demarcação de suas terras.

Para o documento a Funai atravessa um período de desorientação, decorrente da momentânea indefinição política por que passa o país. Dentro desse contexto — afirma — a opressão e a violência contra os povos indígenas que alcançaram nos últimos anos proporções alarmantes, continuam. Diz que os mecanismos de dominação caracterizam-se, ao longo da história, pela prática de desestruturação das nações indígenas.

Constituinte

— Incentivar e apoiar o movimento indigenista em aliança com movimentos populares, entidades e partidos, no sentido de pressionar o Congresso a votar lei que convoque todos os segmentos da sociedade a participarem na elaboração da nova constituição — é a principal decisão da assembleia do CIMI em relação a convocação da constituinte e da elaboração da nova Constituição Brasileira.

De acordo com o documento uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática é, sem dúvida, um instrumento privilegiado para estabelecer uma nova ordem institucional no país. Por isso, o CIMI considera tarefa imediata estimular a organização de debates, encontros e simpósios de âmbito regional e nacional, onde os índices e representantes de organizações populares e entidades nacionais possam amplamente discutir o tema, garantindo uma participação eficaz — aduziu.

Reforma Agrária

Em relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária desencadeado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, o CIMI adota as seguintes diretrizes como linhas de ação: estimular a participação de representantes indígenas nos comitês de Reforma Agrária; exigir que na aplicação do PNRA as terras indígenas sejam rigorosamente respeitadas, de acordo com os limites estabelecidos pelas comunidades e exigir dos órgãos competentes a garantia dos direitos também aos índios destribalizados, especialmente às terras que atualmente ocupam, entre outras.